

GEPAE

Gabinete de Estudos de Informação

SÍNTESES INFORMATIVAS

INGLATERRA

**BREVE DESCRIÇÃO DA PROBLEMÁTICA
DAS "COMPREHENSIVE SCHOOLS"
(LICEUS POLIVALENTES)
- até Junho/71 -**

Relator: Frederico Rato

1 - Descrição da estrutura tradicional do ensino
secundário em Inglaterra.

Em Fevereiro de 1963, e após um período de espera mo
tivado pelas contingências de um sistema parlamentar bipartidá-
rio, o Partido Trabalhista regressa ao Poder.

Nesta altura, e segundo o "Education Act" (1944), prin-
cipal diploma legislativo do sistema educacional britânico, o
ensino secundário estava organizado numa base tripartida: a
"secondary grammar school", a "secondary modern school" e a "se
condary technical school".

Em linhas gerais, o ingresso nesse grau de ensino pro
~~cessa~~va-se deste modo: depois da frequência dos dois ciclos de en-
sino de 1.º grau (os ciclos preparatório e complementar, prosse-
guidos nas secções "infant" e "junior"), que se inicia aos cinco
anos e é dada por finda aos onze, os alunos sujeitavam-se a tes-
tes de inteligência e provas de aritmética e língua materna, a
cujos resultados se somavam as apreciações dos seus professores,
a observação da ficha escolar e, dentro desses condicionalismos,
as preferências dos pais. Apuradas as aptidões e capacidades dos
adolescentes, ~~estes~~ estes ingressavam nas diversas categorias de esta-
belecimentos de ensino de 2.º grau ou ensino secundário.

Dada a pouca idade dos alunos, o referido exame, de-
nominado "11-plus", e o conseqüente apuramento careciam forço-
samente de certeza e rigor e eram definidos por elementos de
circunstância, muito embora fossem praticamente definitivos, an
dicionando para o futuro toda a educação, formação e vida pro-

fissional do adolescente.

Deste modo, nas "secondary grammar schools", liceus de alto nível intelectual, que ministram uma boa instrução clássica, literária e científica e que preparam os alunos para os cursos universitários, donde saem os contingentes que alimentam normalmente as profissões liberais e os lugares de chefia, ingressavam os adolescentes com melhores resultados nos exames e testes, na generalidade provenientes de estratos socio-culturais elevados.

A maior parte dos alunos submetidos ao "eleven-plus" entrava nas "secondary modern school" onde recebia uma formação de nível menos elevado e onde era ministrado um ensino muito variado para responder às necessidades do numeroso grupo de crianças que, aos 15 anos, término actual da escolaridade obrigatória (1), abandonam a escola e precisam de estar preparados para exercer um ofício ou uma arte.

Destinados, assim, aos alunos tidos como menos dotados, estes liceus apenas concedem o Certificado Geral de Educação (General Certificate of Education) no grau simples (Ordinary Level), ao contrário do que acontece em relação às "Grammar Schools" e às "Technical Schools" (de que a seguir falaremos) que, além daquele, concedem o G.C.E. no grau avançado ou superior (Advanced Level), dois ou três anos após o cumprimento dos anos de escolaridade obrigatória (2).

(1) Está previsto que, a partir de 1972, na Grã-Bretanha, a escolaridade obrigatória se prolongue até aos 16 anos.

(2) Sublinhe-se, a propósito, que este esquema de exames e diplomas "O Level" e "A Level" tem tendência a ser afastado e substituído, muito embora essa tendência tenha suscitado oposições e reprovações.

Pelo que se refere ao terceiro tipo de estabelecimentos de ensino secundário, previsto no "Education Act", pode dizer-se que as "secondary technical schools", tal como as "grammar schools", se destinam a alunos seleccionados.

Este tipo de liceu foi projectado para regiões industrializadas onde a carência de mão de obra especializada se faz sentir, e, em consequência, os programas de ensino e formação estão orientados face às necessidades da indústria.

Antes de entrarmos noutro capítulo do tema do "comprehensive system", torna-se necessária uma referência aos mecanismos de definição da política de educação em Inglaterra⁽¹⁾, bem como à estrutura da sua administração.

As linhas mestras da política nacional em matéria de educação é definida através de diplomas legislativos emanados pelo Parlamento. Falámos já no "Education Act", de 1944, diploma fundamental em que assenta todo o sistema educacional inglês, desenvolvido e modificado em alguns pontos, por outras leis (1946, 1948, 1953, 1959).

É o "Education Act" que define o campo de actuação e as funções do Ministro da Educação e Ciência (Secretary of State for Education and Science) e das autoridades Locais de Educação (Local Education Authorities).

(1) Onde se lê Inglaterra, veja-se Inglaterra e País de Gales já que o sistema é comum.

Para a Escócia e Irlanda do Norte, os sistemas de ensino e os esquemas de decisão política e administrativa são diferentes, e não nos deteremos neles.

Neste sentido, o Ministro dirige e controla superiormente a execução da política nacional de educação definida pelo Parlamento (através, por exemplo, da regulamentação dos diplomas legislativos dali emanados) e assegura os meios financeiros necessários para tais fins.

As "Local Education Authorities" (L.E.A.), actualmente em número de 164, são os órgãos encarregados da administração local da educação, a quem estão cometidas larguíssimas atribuições, (algumas delas não exclusivas) que, no que diz respeito ao ensino primário e secundário, vão desde a construção dos edifícios escolares à colocação e remuneração do pessoal docente, passando pelo fornecimento de material e equipamento necessário, adopção de métodos pedagógicos e definição dos programas etc..

O "Education Act" de 1944 afirma expressamente o dever das L.E.A. providenciarem no sentido da criação de uma rede de escolas que permita assegurar "... o ensino secundário em tempo integral, adequado às necessidades dos alunos mais adiantados"

No mesmo diploma, quando se contemplam as atribuições do Ministro de Educação, lê-se em dada altura: "... Verificar o trabalho efectuado pelas autoridades locais no sentido de assegurar no conjunto do país, um sistema de ensino completo e variado".

Resumindo, cabe verificar que as L.E.A., democraticamente eleitas pelos habitantes das circunscrições, disfrutam de acordo com o velho espírito britânico liberal, descentrali

zador e pragmático, de um grande âmbito de actuação e de ampla liberdade e autonomia no que respeita ao ensino primário e secundário.

Resta acrescentar que os encargos financeiros referentes à educação devem ser divididos entre a administração central e a local ou outros organismos que se ocupam do ensino.

2 - Directrizes do Governo Trabalhista, A
circular 10/65.

Depois destas considerações prévias, que se tornam necessárias para situarmos devidamente o objecto desta descrição e a su gènese, apontemos, em seguida, os novos elementos que, aos já conhecidos, se vieram juntar.

Regressado ao Poder, em 1963, o Partido Trabalhista entendendo que o exame "11-plus" tinha inconvenientes - no que era acompanhado por alguns sectores conservadores - resolveu pôr còbro a um sistema de ensino secundário que, vazado nos moldes atrás descritos, conduzia a um regime de educação e formação altamente discriminatório, comprometendo e prejudicando o futuro de milhares de crianças.

Essa percepção reforçou a convicção de que uma escolha de estudos e formações feita com base num exame realizado numa tal idade - aos 11 anos - era prematura e de que o sistema de selecção vigente era injusto.

Havia, assim, necessidade de transferir a orientação escolar de milhares de adolescentes para uma idade em que as suas capacidades estivessem mais definidas e as vocações e apetências mais maduras.

Neste sentido, e após vários meses de consultas, o governo Trabalhista, em 1965, através da circular 10/65 (1),

(1) No contexto inglês, circulares são regulamentos que contêm importantes directivas governamentais, comentários sobre relatórios provenientes de diversos órgãos ou, ainda, esclarecimentos da atitude de um Ministro sobre problemas de ponta, no círculo das suas funções.

solicita às Autoridades Locais de Educação a elaboração de projectos conducentes à abolição da selecção originada pelo exame "11-plus" e fornece algumas vias para a sua consecução.

A supressão do exame de selecção conduziria necessàriamente à ultrapassagem do esquema tripartido de ensino secundário e à adopção de um sistema polivalente (comprehensive system), enformado por um ensino secundário polivalente (Comprehensive education), ministrado em liceus onde ingressariam todos os adolescentes, quaisquer que fossem as suas aptidões e vocações, e que ministrariam conjuntamente as três referidas categorias de ensino: "modern", "grammar" e "technical" ("comprehensive secondary school").

Dentro das hipóteses alternativas sugeridas pelo Governo, ou a partir de novos esquemas projectados pelas L.E.A., estas estavam adstritas à adopção de um sistema de ensino secundário polivalente, passando a aferição das capacidades e vocações dos alunos, e consequente orientação, a cargo exclusivo das L.E.A., como o fora sempre, a ser diferida para mais tarde.

A circular 10/65, publicada, como se disse, após largo período de estudos e consultas, reflectia, justamente, os desejos da grande maioria da opinião pública, nos seus diversos sectores, no sentido da abolição de um sistema de ensino secundário selectivo.

É tanto que assim era que, em Maio de 1970, 129 L. E.A., das 162 então existentes, tinham concordado em aderir ao

sistema proposto e punham em prática os planos concebidos como tentativa para cedo se chegar à fórmula ideal, segundo os condicionalismos e características de cada circunscrição, de ensino secundário polivalente e atribuição de igualdade de oportunidades a todos os adolescentes.

3 - Mudanças políticas. Directrizes do Governo
Conservador. A circular 10/70.

Observa-se, assim, que, cinco anos após o aparecimento da circular 10/65, cerca de 80% das Autoridades Locais de Educação envidavam esforços no sentido da adopção de um sistema de ensino secundário polivalente, e existiam já, em Inglaterra, 1 173 "comprehensive school", enquanto que o número das "modern schools" e das "grammar schools", na mesma data, se cifrava em 2 690 e 1 026, respectivamente.

Tal número de "comprehensive schools", nascidas num período de cinco anos, e sua proporção com os números das escolas tradicionalmente existentes, demonstra bem o movimento que gerou, facto tanto mais de realçar quanto é certo que muitas L.E.A. eram de filiação e orientação conservadora, que o Partido Trabalhista tinha perdido bastantes lugares nos conselhos locais em 1967, qe alguns poderosos grupos defendiam a individualidade das "grammar schools" e que, de 1963 a 1970, a popularidade dos trabalhistas havia decrescido, mercê de actuações menos populares de alguns ministros daquele partido.

Em meados de 1970, prepara-se Inglaterra para eleições gerais e, no dia 18 de Junho, não sem alguma surpresa, em virtude das previsões eleitorais indicarem o contrário, o Partido Conservador toma conta do Poder, afastando o anterior governo trabalhista.

Edward Short, ministro trabalhista de Educação e Ciência, cede o lugar a Mrs. Thatcher que, além de membro do Par-

lamento, desempenhara, de 1961 a 1964, as funções de secretária parlamentar do Ministério de Pensões e Seguros.

No dia 1 de Julho, o novo governo conservador compromete-se a efectuar uma ampla revisão da política educacional e de investigação. Mrs. Thatcher rodeia-se de individualidades que a acompanharão na sua tarefa e, como assessor mais próximo para assuntos relacionados com ensino primário e secundário (e ainda aspectos urbanísticos, problemas de imigrantes e relações exteriores) acompanha-a Lord Belstead.

Poucos dias depois inicia-se a ampla revisão. Mrs. Thatcher toma a decisão espectacular de revogar, através da circular 10/70, a circular 10/65 do anterior governo, cujo conteúdo é já conhecido.

A circular 10/70, cujo objectivo expresso é a "reorganização do ensino secundário", tinha, em resumo, o seguinte conteúdo: rejeitava aquilo a que os conservadores chamaram "a imposição de um esquema uniforme" de ensino secundário - o polivalente - a todas as L.E.A. e, embora não se mostrasse contra ele, determinava que as decisões sobre a sua implantação e sobre a abolição das prestigiadas "grammar schools" deveriam depender das Autoridades Locais de Educação, democraticamente ~~ele~~ ele ~~das~~ das pelas populações das circunscrições, e não do governo.

O manifesto de Junho do Partido Conservador considerava que, efectivamente, era prematuro determinar o futuro das crianças aos 11 anos, mas que a solução para esse problema não deveria ser imposta pelo governo central: "Manteremos os direitos

das autoridades locais para decidir o que é melhor para a respectiva área" - acentuavam os conservadores.

Deste modo se pretendia salvar a manutenção de algumas "grammar schools", escolas muito prestigiadas, como se disse, fábricas de "elites", caras a um tom conservador; e deste modo se tentaram destronar os propósitos e práticas tendentes àquilo que os trabalhistas consideravam ser uma maior justiça social.

4 - Reacções suscitadas e resultados práticos.

Imediatamente se registaram intensas reacções à determinação ministerial e Mrs. Thatcher foi submetida, na Câmara dos Comuns, a um amplo ataque trabalhista e, aí, acusada por Edward Short de "irresponsabilidade doutrinária" e "arrogância ideológica". Mr. Short acrescentou que as actuais orientações do governo conservador não eram mais que "um convite para um regresso a um sistema selectivo elitista no ensino secundário", pois a decisão governamental tomada na Circular 10/70 implicava a manutenção de um esquema de selecção aos 11 anos para milhares de crianças. O antigo ministro trabalhista afirmou, a dada altura, que havia "um fosso entre as duas concepções em litígio".

Mrs. Thatcher respondeu que lhe parecia possível a coexistência das "grammar schools" e das "comprehensive schools" e reafirmou a autonomia de decisão das L.E.A. quanto ao problema e o desacordo do Governo com o exame "11-plus", tendo invocado, ainda, razões financeiras para a não adopção imediata e integral do sistema polivalente.

Dias depois, a ministra da Educação e Ciência reuniu-se em sessão de trabalhos com os representantes da União Nacional de Professores (National Union of Teachers - N.U.T.) para tratar de problemas relacionados com o sistema de ensino secundário polivalente, mas os referidos representantes não conseguem que Mrs. Thatcher retire a sua Circular 10/70, e acusam aquele membro do governo de ideias antiquadas.

No dia em que se encerram as referidas conversações entre Mrs. Thatcher e os representantes da N.U.T. (15 de Julho de 1970), os jornais noticiam que o sistema de selecção aos 11 anos sofreu um descrédito intenso quando foi divulgado que dois dos estudantes de Brighton ~~que haviam~~ recebido a distinção máxima em cursos de Electrónica e Química tinham sido da dos como inaptos nos respectivos testes, efectuados no "11-~~plus~~"

O Conselho Geral do Congresso de Sindicatos apressa-se também a condenar a Circular de Mrs. Thatcher, afirmando que as novas disposições não são mais que efeitos retardadores provenientes de questiúnculas políticas partidárias, que conduzem a danos irreparáveis para grande número de crianças de todas as condições sociais, bem como para o país.

Entretanto, o diário "The Times" publica artigos e cartas de entidades ligadas ao sector da educação que condenam a "reorganização do ensino secundário" introduzida pela Circular 10/70, por vezes em termos muito duros para com Mrs. Thatcher, e com os mais diversos argumentos.

Numa das cartas, o dr. John Dunwoody critica a política conservadora de reduções orçamentais em matéria de educação e a orientação do governo no sentido da restauração de um sistema de selecção educativa com o objectivo de produzir uma elite de 5% que frequentaria estabelecimentos de ensino de frte tradição académica, e afirma que a execução de tal objectivo, através do exame "11-plus" e do retardamento na aplicação do sistema de ensino secundário polivalente, levaria Inglaterra a prosseguir numa divisão social baseada na desigualdade de

oportunidades que, além de contrariar ~~elementares~~ princípios de justiça, determinaria graves tensões sociais.

No entanto, reacções houve de sinal contrário às que têm vindo a ser descritas, se bem que em menor número.

Assim, após tão vigorosas críticas à sua circular, Mrs. Thatcher recebe um forte apoio por parte de quatro associações que representam 55 000 professores e que aproveitam o ensejo para pedir uma nova estrutura de salários a fim de atrair e reter professores qualificados.

O Reitor da Escola de S. Paulo, T.E. Howarth, em carta ao "The Times", critica um artigo ali publicado que reprova a Circular 10/70 e defende a manutenção das prestigiadas "grammar schools" a par das novas "comprehensive schools", se assim o entenderem as Autoridades Locais de Educação.

Outras entidades declaram-se partidárias da existência das "grammar schools" e negam que a manutenção destas determine qualquer segregação ou desaproveitamento de estudantes provenientes de classes economicamente desfavorecidas.

Um dos leitores que escrevem ao "The Times" pensa que a extinção das "grammar schools" significaria o sacrifício de escolas excelentes a objectivos não pedagógicos, como a constituição de uma sociedade sem classes.

Mas, para além de manifestações verbais e debates ideológicos, algumas consequências práticas há a salientar.

Após o aparecimento da Circular 10/70, gerou-se a con

fusão e desorientação entre algumas L.E.A. que estavam em ple no ensaio de projectos de educação polivalente a nível secundário. A dúvida estava em se se continuava, retrocedia ou parava. A Circular indicava qualquer dessas vias, uma vez que lhes concedia inteira liberdade nesse campo. A saudade de algumas circunscrições de voltar ao esquema tradicional, por um lado, e o tremendo esforço que a destruição do que estava a ser feito e a reinstauração do modelo antigo exigiam, e ainda os prejuízos que tais mudanças causariam a milhares de alunos, por outro, eram forças que maior perturbação lhes causavam.

Apesar de tudo, algumas - poucas - L.E.A. decidiram voltar ao esquema tradicional e adiar a implantação da estrutura secundária polivalente.

Neste sentido, as Autoridades Locais de Educação de Birmingham, circunscrição que maior oposição manifestou à adopção do sistema proposto pelo anterior governo trabalhista definido na Circular 10/65, e cujo presidente foi considerado por Edward Short, no debate da Câmara dos Comuns atrás referido, como o "mais reaccionário de todos os chefes de L.E.A.", expressaram a sua pretensão de manter o exame selectivo aos 11 anos como condição de entrada nas "grammar schools" do seu âmbito.

As L.E.A. do Condado de Surrey decidiram também, ao abrigo da Circular de Mrs. Thatcher, adiar os planos para a nova reestruturação do ensino secundário numa região da sua circunscrição. A decisão deste conselho de educação, que, enquanto reunia, foi alvo de protesto de 300 mães e seus filhos

contra a manutenção do "11-plus", veio comprometer o desenvolvimento de esquemas e projectos de ensino polivalente, já em curso e estado adiantado.

Do mesmo modo, as autoridades competentes de South Shields deliberaram não efectuar a apreciação de um projecto de instalação de 9 liceus polivalentes até ao momento em que o nível das escolas secundárias da cidade tivesse sido elevado a um grau que por elas fosse considerado aceitável. Esta deliberação, tomada também com base na Circular 10/70, significava, pura e simplesmente, a continuação do sistema de selecção aos 11 anos, idade que, como já foi referido, o próprio governo conservador considerava prematura para fins de orientação escolar.

Apesar dessa convicção, como vimos, as suas medidas eram uma porta directamente aberta para a sobrevivência do tão atacado "11-plus".

Em Setembro de 1970, a N.U.T. - 260 000 aderentes - volta à carga. Expressa uma vez mais a sua preferência pela "comprehensive education" e denuncia os métodos de selecção do sistema educativo britânico, ao mesmo tempo que, em petição dirigida ao Governo, solicita a supressão do exame de selecção aos 11 anos, a adopção de uma política conducente à criação de liceus polivalentes e esquemas de coeducação.

Após a União Nacional de Professores ter reiterado a sua posição perante a problemática do ensino secundário polivalente, a União Nacional de Estudantes (National Union of Students - N.U.S.) atacou a "atitude pouco enérgica do governo

conservador face à educação", em especial no que concerne à educação polivalente, e prometeu apoiar as associações de professores que se opusessem à política de educação do governo.

Mas se, após a publicação da Circular 10/70, algumas L.E.A. decidiram retroceder em relação aos projectos de ensino polivalente então em ensaio, a maioria decidiu-se pela sua continuação.

A comissão de Autoridades Locais de Educação de Barnet, nomeadamente, enviou um questionário a pais e professores da sua circunscrição, que versava o tema em causa, e concluiu que 80% dos interrogados apoiavam a organização do ensino secundário em esquemas polivalentes. Após a auscultação, a comissão deliberou prosseguir na instauração desses exames e na abolição do exame selectivo.

O mesmo foi determinado pelas autoridades de Richmond, de filiação conservadora, que se declararam a favor da criação de liceus polivalentes para os alunos entre os 11 anos e os 16 anos e propuseram o ingresso em estabelecimentos de ensino pré-universitário (sixth-form colleges) para os alunos entre os 16 e os 18 anos (1).

(1) Vem a propósito referir que é notícia, ao ponto de a ele se referir o "The Times", o facto de um aluno que estudou numa "modern school" ingressar numa Universidade, privilégio normalmente reservado aos que frequentam as "grammar schools". O referido periódico noticiava em 22 de Setembro de 1970 que Philip O'Donnel era um dos primeiros alunos da circunscrição de Richmond a entrar na Universidade depois da frequência de uma "modern-school" e do curso pré-universitário durante 3 anos e de obter no exame de tipo A (Advanced Level) elevadas notas em geografia, ciências económicas e matemática.

No entanto, o projecto aprovado pelas Autoridades de Richmond não seria adoptado enquanto os pais dos alunos e os professores não fossem consultados.

Mrs. Thatcher e o governo conservador viram-se, a da altura, com todo este encadeamento de reacções e resultados práticos, a braços com problemas motivados pela ausência de uma política definida de educação e pela falta de coerência.

Assim: aceitavam os conservadores a necessidade de abolição do "11-plus" e de uma orientação escolar em idade mais madura, mas, no entanto, a sua circular havia sido o instrumento que tinha permitido a manutenção daquele; pretendiam, apesar de tudo, uma selecção e diversificação de vias ainda no ensino secundário, e a autonomia que haviam concedido às L.E.A., conjugada com a ausência de sólidas directrizes ou, pelo menos, de sugestões, modelos ou hipóteses, levava aquelas a adoptarem massivamente esquemas de liceus polivalentes, onde se ministrava, interconectadas, conjugadas unitariamente, até aos 15 ou 16 anos, as três referidas categorias de ensino (1).

Uma das medidas que o Ministério de Educação e Ciência tomou foi a publicação de duas circulares sobre "Middle Schools", em meados de Outubro de 1970.

Estas "Middle Schools", como o seu nome indica, são escolas intermédias entre as escolas primárias e os liceus, e seriam frequentadas por alunos entre os 8 e os 12 anos ou entre os 9 e os 13 anos, conforme o seu aproveitamento escolar, passando o acesso ao ensino secundário a ser efectuado aos 12 ou aos 13.

(1) Recordar-se que a escolaridade obrigatória se estende até aos 15 anos, e que o ingresso nos cursos pré-universitários se processa, na generalidade, aos 16 anos.

Para além do facto de haver possibilidade dos alunos ingressarem em idades diferentes (8 ou 9 anos) nas "Middle Schools", observa-se já uma medida concreta do governo conservador no sentido de fazer desaparecer o exame selectivo aos 11 anos de idade. Por esta via os alunos terminavam o ensino primário e ingressavam aos 8 ou 9 anos, numa "Middle School", de onde saíam aos 12 ou 13 anos, sendo nessa altura, feita o ingresso no ensino secundário.

Manter-se-iam, assim, certas possibilidades de aplicação de critérios de selecção, embora diferidos para um ou dois anos mais tarde em relação ao "11-plus".

Necessário é dizer-se que as "Middle Schools" não foram instituídas pelas circulares referidas. Estas vieram dar -
-lhes uma nova feição, "recordá-las" e tornar a sua criação mais fácil, pois uma regulamentava o seu estabelecimento e outra a organização geral e de "curriculum".

Tanto quanto a informação disponível nos permite observar, estas escolas intermediárias pouca ou nenhuma relevância e aceitação, por si só, e como possível instrumento de selecção (1), vieram a ter no processo que estamos a descrever.

(1) Pelo que nos é dado ver, parece existirem outros tipos de "Middle Schools", anteriores a esta regulamentação, inserido no "three-tier education system", (sistema educativo tripartido). Nesse sistema haveria três níveis de ensino: primário, intermediário e secundário polivalente. O nível intermediário seria ministrado nas "Middle Schools" dos 9 aos 13 anos, após a frequência do primário, dos 5 aos 9, e daria ingresso automático no secundário polivalente, que se estenderia até aos 18, englobando, segundo parece, o pré-universitário. O governo trabalhista, quando da publicação da Circular 10/65, sugeria também o estabelecimento de "Middle Schools" como uma via para a instauração de um sistema polivalente de ensino secundário.

Finalmente, cumpre-nos apontar as últimas intervenções acerca deste problema.

Em 15 de Abril de 1971, os 2 000 delegados da N.U.T., reunidos no congresso anual, votaram a favor da abolição do sistema de selecção usado no ensino secundário e da adopção do sistema do ensino polivalente.

No mesmo mês, poucos dias depois, em sessão parlamentar, foram discutidos diversos aspectos do sistema educacional britânico. De novo, Edward Short interveio e afirmou que a Câmara, ao aceitar que a política educacional e de juventude do governo conduziria ao agravamento das desigualdades existentes, "pediu aquele que adoptasse medidas que garantam a todas as crianças e jovens a oportunidade integral e equitativa de desenvolverem o seu potencial no seu próprio interesse e no da nação".

Nos primeiros dias de Junho de 1971, a "National Association of Head Masters", que representa os directores e reitores de mais de 15 000 escolas primárias e secundárias, no seu congresso anual, realizado em Chetelham, declarou-se, pela primeira vez, e após votação, a favor de uma política nacional de educação secundária polivalente, facto com bastante significado, se se tiver presente que esta Associação foi sempre orientada por tendências conservadoras.

A moção proposta pelo reitor de uma "Modern School" mista, W. Aggett, foi votada por 500 delegados e os resultados foram expressos por 5 124 votos a favor e 2 809 contra(1).

(1) Cada delegado dispõe de um determinado número de votos, consoante a sua representatividade.

O autor da proposta afirmou que, se alguns liceus polivalentes falharam, isso foi devido à "ambiguidade e equivocidade de uma política de "stop-go", tanto a nível nacional como local" e acrescentou que a decisão governamental do ano passado que retirou a pressão sobre as L.E.A. para se organizarem em linhas polivalentes, prolongou a desorientação resultante da ausência de planos concretos.

A primitiva noção continha uma frase que condenava a Circular 10/70, mas foi retirada por proposta de um reitor.

Por seu lado, Mrs. Thatcher, afirmou, mais de uma vez, ter ficado surpreendida com as reacções à sua Circular.

De todas estas informações é forçoso concluir, tal como os jornais britânicos o referiram alguns meses após a publicação da Circular 10/70, que esta não modificou a atitude geral a favor do sistema de ensino polivalente.

Em concreto, apenas 27 Autoridades Locais de Educação apoiaram a Circular, enquanto o seu número é de 164.

A aspiração maioritária de instauração de um sistema de ensino secundário polivalente, ditada por princípios de justiça social, fruto de um espírito democrático que deve ter como maior preocupação a existência de meios que possibilitem o desfrute de igualdade de oportunidades para todos os que vivem numa comunidade, está, deste modo, a ser efectivada e a prosseguir normal e inevitavelmente o seu rumo.

Nem de outro modo poderia ser, quando o homem toma consciência que está ao serviço do Homem.

ELEMENTOS BÁSICOS

- Boletim Informativo Internacional N.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 41, 42 e 47 - G.E.I. - G.E.P.A.E..
- "Trabalhistas, Conservadores e Educação", por Adelino Amaro da Costa, in "Diário de Lisboa", 26/9/70, pg. 3 e 14.

OUTROS ELEMENTOS CONSULTADOS

- Estudos de Educação Comparada. Elementos sobre a Educação na Europa - Relator: A. Reis. D.R.E. - G.E.P.A.E.
- Estudos de Educação Comparada. Ensino Secundário Geral em Inglaterra. Relator: Dr. A. Martins Afonso. D.E.P. - C.D.P.
- G.E.P.A.E.

